

---

## AS RELAÇÕES ENTRE A HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA E A LINGUÍSTICA TEXTUAL

Karin Elizabeth Rees de Azevedo

União das Faculdades de Tangará da Serra

**RESUMO:** Este texto aborda os postulados da Historiografia Linguística e da Linguística Textual, que nos possibilitam entender o texto como uma unidade completa de sentido, em que a organização dos elementos da língua reflete marcas específicas do contexto-histórico a que se referem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Historiografia Linguística, Linguística Textual, Contexto Histórico-cultural

**ABSTRACT:** This text approaches the postulates of Linguistic Historiography and Textual Linguistics, that permit the understanding of the text as a complete unit of sense, where the organization of the elements of language reflects specific marks of the cultural and historical context which they refer to.

**KEY-WORDS:** Linguistic Historiography, Textual Linguistics, Cultural and Historical context

As relações que se estabelecem entre a Língua e a História partem da noção de língua como um fenômeno social que só existe entre os homens e para eles, como todos os produtos da cultura humana, é objeto de contemplação histórica.

Considerando-se que a História é a ciência do passado, e que a Historicidade é a capacidade que se tem da reconstrução contínua do passado, cabe aos historiadores focalizar os fatos conhecidos no passado que tenham importância para o tema presente que desenvolverá e para a interpretação a que se propõe realizar.

A História, ao considerar os acontecimentos em seu desenvolvimento cronológico, impõe ao historiador uma atitude, já que esse explora um determinado fato e precisa verificá-lo em um dado momento. Para o historiador a verificação de um fato leva-o a fixar uma cronologia e determinar-lhe a duração, procurando decidir quando parece e em que ordem ou contexto, pois, segundo Carr (1996), a história consiste num corpo de fatos verificados, que estão disponíveis nos documentos para o historiador, que é necessariamente um selecionador. A história, para Carr (1996: 20):

...exige a seleção e ordenação de fatos sobre o passado à luz de algum princípio ou norma de objetividade aceita pelo

---

historiador, que necessariamente inclui elementos de interpretação.

Essa visão de História consiste essencialmente em ver o passado através dos olhos do presente e, assim, o passado que o historiador estuda não é “morto”, mas está vivo no presente, isto é, tem um significado para o historiador porque ele pode aprender o pensamento que está por trás deste passado, uma vez que a História é também história do pensamento humano. Desta perspectiva, temos que a história nasce de uma sociedade, reflete o historiador a visão dessa sociedade e a língua que ele fala não é herança individual, mas uma aquisição social do grupo no qual cresce.

Dessa forma, a História torna-se um processo contínuo de interação entre o historiador e seus fatos, entre o presente e o passado. Le Goff (1980) apresenta estes últimos como categorias idênticas e simultaneamente diferenciadas, em que a realidade do passado, tal como se pode julgar pelo conteúdo, não é por natureza diferente do presente. A sua diferenciação está em que o passado já ocorreu, teve lugar, e assim também ocorre com o presente. No entanto, é a qualidade do acontecimento passado que o diferencia de qualquer outro acontecimento, e à História cabe utilizar-se de métodos científicos para seu estudo. O passado é um momento pronto e acabado, porém, isso não necessariamente quer dizer que, tal como foi apresentado, seja a única verdade, pois no relato há uma versão, a do historiador, em sua forma de selecionar fatos.

Pode-se pensar o passado de forma diferente, pensá-lo como um passado vivo. Podemos através do entendimento do conhecimento histórico pensar o passado como uma construção, em que a oposição passado/presente se transforma numa relação dinâmica em que passado, de morto e acabado, passa a ser visto como um passado vivo, de acordo com os questionamentos que o presente constantemente faz.

Nessa relação, entre o passado e presente, há que se considerar que ocorre um diálogo não entre indivíduos abstratos e isolados, mas entre a sociedade de hoje e a sociedade de ontem. Numa visão de história com dupla função. Carr (1999:90) enuncia:

O passado é inteligível para nós somente à luz do presente; só podemos compreender completamente o presente à luz do passado. Capacitar o homem a entender a sociedade do passado e aumentar o seu domínio sobre a sociedade do presente é a dupla função da história.

---

Partindo dessa dupla função que a História tem, o estudo da história da língua consiste em mostrar a história dos homens que a utilizam, uma vez que a língua consiste numa história dos contatos que se estabelecem na sociedade.

Tomar para estudo uma língua, a partir de perspectivas históricas, implica levar em conta suas transformações resultantes, de um lado, de fatores internos, e de outro, de fatores externos. Estes dois fatores concorrem juntos para o desenvolvimento de uma língua, sendo esta, conforme Silva Neto (1979), resultado de complexa evolução histórica.

As transformações que a língua sofre como resultado das mudanças históricas podem partir de um indivíduo e podem restringir-se a ele ou generalizar-se, sendo necessário distinguir a criação e a coletivização que dependem da sucessão e da combinação da iniciativa individual com a aceitação coletiva.

Ambas as causas concorrem para o desenvolvimento da língua, cujo processo é lento e descontínuo, marcado por rupturas que são reflexos de um conjunto de influências histórico-culturais, sendo, portanto, situações extralinguísticas que promovem o progresso da língua, ao introduzirem novas formas de expressão, ou de dar novo sentido a uma forma antiga. Nessa perspectiva, não há como separar o que é interior do que é exterior no estudo historiográfico de uma língua, porque a língua está organizada partindo do individual para o coletivo, conforme Paul (1970: 27):

Se a língua não estivesse organizada dentro da natureza humana sobre bases da coletividade, não seria o instrumento indicado para o convívio geral. Pelo contrário, o fato de servir como tal tem como consequência necessária que ela repele tudo o que de puramente individual tenta impor-se-lhe, que não aceita nem conserva nada que não seja sancionado pela concordância dum certo número de indivíduos que se encontrem em contato uns com os outros.

Esses aspectos fazem da língua um elemento complexo; muitas e várias são as teorias que sobre ela se desenvolveram. Segundo Paul (1970), a língua, por ser um produto humano, não pode deixar de ser um objeto de contemplação histórica, ou seja, deve ser tratada como uma ciência que estuda os fatores de desenvolvimento que ocorrem no processo das transformações humanas e linguísticas. A língua pertence à coletividade que a emprega e estudá-la implica estudar o contexto em que é usada.

Quando a referência realizada em relação à língua é histórica, a noção de subjetividade que ela se aplica é maior, porque a complexidade do tecido linguístico está intimamente ligada às mudanças histórico-sociais, e essas mudanças são

complexas e melindrosas porque estão relacionadas com uma série de acidentes de uma atividade em perpétuo movimento. Temos, assim, a história da língua como instrumento de uma coletividade humana, em que, no dizer de Silva Neto (1979: 48): *o individual e o social interpenetram-se. As palavras, pronunciadas só por uma pessoa, não sobreviveriam. As palavras só tem história porque a coletividade as repete.*

Assim, aproximar língua e história implica caracterizá-las, haja vista a natureza abrangente que marca as noções de uma e outra. Segundo Lyons (1977), pode-se entender a língua como uma forma de representação do pensamento humano, em consonância com a sua época, de acordo com as teorias linguísticas. Entender a língua, nesse aspecto, significa poder ocupar-se de diversos níveis de sua realização, e ter nos documentos escritos um meio de esclarecimento para determinado estado da língua, que contribui para sua história, no momento de sua elaboração.

Glénisson (1961) mostra que enunciar história possibilita ao menos dois grandes sentidos: o de realidade histórica, que é compreendido como conjunto de fenômeno pelos quais se manifesta a vida da humanidade; e o de conhecimento histórico, em que a história não é realidade objetiva do mundo e das coisas, mas a observação subjetiva destes pelo historiador e seu registro por meio de relato escrito. Nessa perspectiva, a história pode ser atualizada a cada possibilidade de reordenação, sendo relativizada, pois, ao mesmo tempo em que o homem se enriquece com a história, ele enriquece a história.

Le Goff (1980) apresenta a História como uma ciência que não é exclusiva, porque envolve a possibilidade de falar e de escrever a história por meio de imagens ou de palavras, acrescentando que esta se faz com documentos e idéias, com fontes e imaginação, uma vez que há uma nova dimensão da História: a perspectiva historiográfica. Acrescenta, ainda, que *a história de uma época não se limita à documentação sobre que se fundamenta.* (LE GOFF, op. Cit: 39)

As relações entre língua e história são possíveis desde que a linguística saussureana, com a distinção entre sincronia e diacronia, ao valorizar a primeira e conferir uma capacidade de análise à diacronia, provoca efeitos no campo histórico, especialmente em meio à antropologia estrutural. Por meio das premissas da linguística de Saussure é que a antropologia foi capaz de ampliar o campo de análise e de valorização do homem, por permitir um novo tipo de abordagem das sociedades e dos produtos criados por ele. Outra consequência dos estudos linguísticos que se estende à História aparece, quando essa é capaz de absorver e integrar a sincronia, procurando tomar como paradigma o que foi realizado na antropologia cultural integrando os diferentes níveis e setores da análise histórica como forma integrativa de conhecimento do homem e da língua.

Portanto, a história tem um papel fundamental para o estudo da língua, principalmente para a história da língua, que, segundo Paul (1970), deve ser

acompanhada de uma ciência que se ocupe das condições gerais do objeto que historicamente se desenvolve, estudando sua natureza e ação e os fatores que permanecem regulares dentro de uma transformação. Essa perspectiva inclui a interdisciplinaridade, porque a língua não mais é vista como algo que se desenvolve por si, mas como um produto coletivo dos grupos linguísticos.

Dessa forma, as noções de língua e história se acentuam a partir das possibilidades de manifestações histórica da língua: a de história interna, contemplando diferentes níveis e caracterizando um determinado momento de expressão; e a história externa, que também contempla diferentes níveis, estes, porém, ligados à condição ou lugar ou período de manifestação linguística. Uma e outra manifestação histórica estão relacionadas e permitem a observação da mudança sociocultural que tem, na língua, um dos seus mais significativos meios de expressão.

Portanto da concepção de que a língua é histórica, quer por sua organização interna, expressa através dos conteúdos da língua, quer pelo processo de textualização, que pressupõem as condições de produção, pode-se proceder a um estudo historiográfico da língua que recorte um período no contínuo histórico. Do ponto de vista histórico, ao nos reportarmos a um período específico de língua para o estudo, o século pode ser considerado a unidade mínima de contagem de tempo para a observação de determinadas peculiaridades que configuram características significativas do período em foco.

Como o estudo da língua pode ser considerado histórico, e realizado do ponto de vista social, a manifestação linguística de um determinado período revela as marcas evolutivas da língua e também as características da sociedade, no momento de sua realização. Segundo Silva Neto (1979), a história da língua como instrumento de uma coletividade humana pode ser entendida como a história dos homens que a falam.

O olhar histórica dirigido à língua possibilita a abordagem de seus fenômenos evolutivos dentro do tempo e espaço; os fatos linguísticos relacionam-se às circunstâncias da sociedade que os condicionou. Isso faz com que a língua sendo um instrumento de comunicação e estando em constante mudança, torne-se um objeto de contemplação histórica.

De acordo com Le Goff (1996), estudar os fatos linguísticos implica examinar os acontecimentos históricos a partir de sua representação. Assim, é a historicidade linguística que nos remete a uma relativa efetivação dos fatos sociais, que se justificam pela subjetividade tanto da língua quanto da história, por não se configurarem uma realidade única e acabada, pois permitem com uma releitura, de acordo com um novo campo de visão, seja este o da representação ou da interpretação dos fatos da língua, que conduzem à historicidade. É esta historicidade que nos possibilita a

inclusão de novos elementos produzidos uma contribuição para a ampliação dos sentidos e sua atualização.

A língua sofre várias influências numa sucessão ininterrupta entre o novo e o velho que sendo trazido de geração a geração. Constituem esse quadro evolutivo mudanças nas palavras, mudanças de significados, criação de palavras novas e outras que caem em desuso. Tudo isso, em determinado estágio de língua, significa um nível equivalente de transformação social, e assim, temos a língua como representação da ação do homem no tempo, e sua história deve contribuir para ampliar a compreensão do presente linguístico.

A importância do estudo de língua do ponto de vista da historicidade não está no fato linguístico em si que pode ser trazida para o presente para ser observado, porque não é o estudo do passado por ele mesmo, mas a visão do presente em relação aos fatos passados. A Historiografia Linguística possibilita a interação das diversas dimensões sócio-temporais, porque leva à compreensão de como se processa o desenvolvimento da língua através dos tempos e a insere no contexto sociocultural em que se realiza.

Nesse sentido, seja qual for o período que se recorte para observação de uma língua torna-se necessário que se considere suas fases anteriores porque os fatos linguísticos, embora possam se repetir, não serão os mesmos. Cabe ao pesquisador utilizar os conhecimentos adquiridos pelos postulados teóricos de seu tempo ao reler um texto de período anterior e, por meio da língua, observar a situação histórica e social em que se deu sua realização.

Por essa perspectiva, o passado é um aspecto do presente, e a história da língua torna-se o entendimento do passado no presente, no ato de sua realização, porque o estudo da língua sob perspectiva histórica vai além dos limites do texto e do limite histórico de sua materialização. Dessa forma, a língua passa a ser produto da relação de um conjunto de elementos socioculturais que são essencialmente dinâmicos, porque o processo de historicidade da língua envolve produção e interpretação, considerando cada uma dessas realizações de acordo com seu tempo. Isto significa que, se por um lado, a língua sintetiza e reflete o conhecimento humano de um determinado período, por outro, estimula o estudo em diferentes épocas, que precedem a sua reconstrução.

A historicidade linguística representa um avanço no campo dos estudos históricos de língua, porque aponta para a reconstrução dos conteúdos em estudo, inserida em um contexto histórico-cultural.

Dessa forma, ao aproximar a linguística e a história estamos observando o conteúdo histórico do texto, relacionando o texto com o contexto, no intuito de buscar os nexos entre as idéias contidas nestes, as formas pelas quais elas exprimem e o conjunto de determinação extratextuais que presidem a produção e uso dos textos.

Nessa perspectiva, a história é sempre texto, não negando que haja uma história independente do texto, mas propondo que através da decifração dos textos que contêm ou exprimem a história poderá o historiador realizar o seu trabalho.

Importa observar que nem a história se reduz á estrutura do texto, nem tampouco esta deve ser desprezada para uma análise do conteúdo histórico-social deste, pois a língua como produto de uma coletividade á histórica. Isto porque, no dizer de Besselaar (1986:30): *O homem é um ser histórico por excelência.*

Partindo dessa historicidade que o homem tem, a cultura ou a mentalidade histórica não depende apenas das relações memória-história, presente-passado, mas implicam o entendimento das diferentes concepções de tempo existentes numa sociedade, pois essa concepção é de grande importância para a história.

Para Le Goff (1996), o tempo histórico não é cronológico, mas surge na dependência das concepções de tempo em relação aos meios técnicos de registro e à transmissão dos fatos históricos, ligando essas concepções à transição do oral ao escrito e apontando que: oralidade e escrita coexistem em geral nas sociedades, sendo isto importante para a história; e, se a história tem como etapa decisiva à escrita, não é anulada por ela, pois não há sociedade sem história.

Importa observar que esse estudo temporal aplicado à história da língua permite que se localizem os fatos numa dimensão histórico-temporal, o que facilita não só a recuperação da "idade" dos acontecimentos, mas, também, as suas relações com os aspectos sociocultural e histórico em que se inserem. Isso, porque a história das línguas não está submetida a princípios universais; no entanto, sendo produto da atividade humana, está submetida às contingências e vicissitudes da própria vida concreta dos homens, da história peculiar de cada sociedade humana.

Estabelecendo uma relação entre os estudos da historiografia linguística encontra-se na Linguística Textual e seu principal objeto o texto, o elo de maior ligação entre estes campos teóricos.

A linguística Textual surge dos estudos que se vêm desenvolvendo na área da linguística a partir da década de 60. Os linguistas constataram que a frase não dava conta de explicar a produção de sentidos e que seu sentido só poderia ser encontrado a partir do texto com referência a um contexto situacional. Desta mudança de investigação linguística, Fávero & Koch (1988: 11) enunciam:

Sua hipótese de trabalho consiste em tomar como unidade básica, ou seja, como objeto particular de investigação, não mais a palavra ou frase, mas sim o texto, por serem os textos a forma específica de manifestações da linguagem.

Surge, dessa forma, uma frase intermediária do estudo linguístico que propicia o aparecimento da Linguística Textual, composta de três grandes momentos: o da análise transfrástica, o da gramática de texto e o da construção das teorias de texto. Por meio desses momentos são propiciadas condições para que o texto se torne o objeto de estudo da linguística. Importa salientar que esses momentos não ocorreram numa sucessão temporal e se constituem em diferentes desenvolvimentos teóricos.

No momento das análises transfrásticas, a pesquisa parte do enunciado ou sequências de enunciados, tendo como objetivo estudar as relações entre estes. Os estudos realizados partem da concepção de Benveniste sobre o enunciado e enunciação, acrescentando a noção de subjetividade, me que se considera a ação do sujeito na produção da enunciação. Portanto, a linguagem é vista como argumentativa na medida em que age na constituição do texto.

Esses estudos linguísticos tentam partir do texto como um todo, porém, ao dividi-lo em sequências de enunciados perdem a unidade semântica do texto. Isto ocorre porque procuram segmentá-lo, analisando a argumentatividade, uma característica da linguagem que se manifesta por uma série de marcas ou instruções presentes no enunciado visando orientar os interlocutores a determinadas conclusões. Assim, as análises transfrástica têm o texto não como uma sequência aleatória de frases, mas como uma sequência de enunciados que se apresentam construídos por classes argumentativas, o que implica a existência de uma conclusão acompanhada de seus argumentos.

Com a análise das classes argumentativas, os linguistas transfrásticos percebem a existência de enunciados implícitos e explícitos, em que os primeiros são o que se quis dizer e os outros o que se disse. Um dos linguistas desta fase, Ducrot, procura analisar e explicar esta diferença propondo as noções de componente linguístico, em que relaciona o posto- o que se disse-, e de componente retórico que tem num primeiro momento a noção de pressuposto, que é o saber partilhado, e de subentendido, que é o que se quis dizer.

Ducrot (1987), num segundo momento, propõe uma mudança de percepção ao verificar que o posto e o pressuposto fazem parte do componente linguístico, ou seja, do enunciado, e que subentendido é do componente retórico, da enunciação. Segundo esta concepção o pressuposto, que é o saber partilhado, vem marcado no enunciado, e decorre da eficácia argumentativa, sendo que a semântica da língua não dá conta destes componentes linguísticos. Com isso surge a semântica argumentativa que, diferenciando as noções de posto, pressuposto e subentendido possibilita a caracterização da linguagem pela argumentatividade.

As análises transfrásticas com seus estudos vão além da frase, contribuindo para a mudança de objeto de estudo que se concretizará na Linguística Textual; no entanto, não chegam ainda ao texto como unidade semântica.



Num segundo momento, surge a gramática de texto, que tem como finalidade refletir sobre os fenômenos linguísticos inexplicáveis por meio da gramática do enunciado. As pesquisas, nessa perspectiva, têm como modelo a Gramática Gerativo-transformacional de Chomsky e a estendem ao texto, com o objetivo de formulação de regras que dariam conta da produtividade textual.

Essa produtividade textual liga-se à noção de competência textual postulada por Chomsky e que Fávero & Koch (op.cit.: 14) assim apresentam:

Sendo o texto muito mais que um simples sequência de enunciados, a sua compreensão e a sua produção derivam de uma competência específica do falante - que se distingue da competência frasal ou linguística em sentido estrito [como a descreve, por exemplo, Chomsky (1965)]. Todo o falante de uma língua tem a capacidade de distinguir um texto coerente de um aglomerado incoerente de enunciados, e esta competência é, também, especificamente linguística - em sentido amplo.

Partindo dos estudos da Gramática gerativo-transformacional, que não conseguiu explicar a organização textual subjacente à sequência das frases, procuram os gramáticos de texto, a partir do critério de aceitabilidade, verificar a diferença entre sentido e significado. Postulam, assim, que haveria uma gramática vista como um conjunto de regras finitas aplicadas à produção de sentidos.

Os gramáticos de texto observam que a linguagem se define pela textualidade, e esta não se restringe à sequência aleatória de frases; ela deveria ser explicada através de uma organização subjacente ao enunciado o que desse a noção de completude de texto, pela qual se poderiam diferenciar textos organizados de frases aglomeradas.

Utilizando como partida o saber interiorizado da língua proposto por Chomsky, os gramáticos de texto pressupõem que há um saber interiorizado pelos usuários da língua que é tratado como competência textual, e suas regras poderiam explicar como se resume ou se parafraseia um texto, ou ainda, como a partir de um título, pode-se expandir um texto. Este saber interiorizado se daria por um conhecimento de língua que é responsável pela construção da coesão textual, e um conhecimento de mundo que é responsável pela construção da coerência textual. Assim, aqueles teóricos buscaram descrever as regras gramaticais da competência textual que pudessem dar conta desta produtividade, que é entendida como um processo pela coesão e coerência.

No intuito de explicar a textualidade a partir de uma gramática, os gramáticos de texto acabaram verificando que o mesmo texto produzia sentidos

diferentes a cada leitura feita por um mesmo leitor, ou por diferentes leitores. Com esta constatação, verificaram que não há regras para a produção de sentidos e sim estratégias, criando desse modo, uma das bases da Linguística de Texto.

As teorias de texto, num terceiro momento, partem das investigações dos linguistas acerca da linguagem no intuito de observar como acontecia a produção de sentido, privilegiando a Pragmática. Os linguistas desse momento, segundo Fávero & Koch (op. Cit. : 15), *expandem estas investigações do texto ao contexto, entendido, em geral, como conjunto de condições –externas ao texto- da produção, da recepção e da interpretação do texto.*

Importa ressaltar que a incorporação da pragmática aos estudos linguísticos gerou posicionamentos diversos por parte de vários autores. Enquanto, para alguns, a pragmática textual, cuja finalidade é dar conta da situação comunicativa na qual o texto é introduzido, para outros, a pragmática é componente integrado à descrição linguística que tem como ponto de partida o ato de comunicação, associado aos pressupostos psicológicos e sociológicos, inserido numa situação comunicativa específica.

Destes últimos estudiosos, temos em Schmidt um representação importante na constituição de uma teoria do texto que parte dos atos de comunicação integrados ao seu real funcionamento social. Conforme Fávero & Koch (op. Cit.: 15):

Para Smidt, o ato de comunicação, como forma específica de interação social, torna-se o explicandum da linguística, de modo que a competência que constitui a base empírica da teoria de texto deixa de ser a competência textual, passando a ser competência comunicativa (capacidade de o falante empregar adequadamente a linguagem nas diversas situações de comunicação).

A partir dos estudos feitos por Austin sobre os atos de fala, e de Grice sobre as máximas conversacionais, em que a linguagem é vista como uma função social, e uma forma de trabalho, regida por regras de contexto social que têm ação sobre o outro, os pragmáticos trabalham o texto observando a situação comunicativa, ou seja, o contexto de sua produção.

Para os pragmáticos, o “dito” só pode ter valor dentro da situação em que foi produzido, por ser apenas nesta circunstância que se pode entender o que se quis dizer. Diferenciam-se, assim, dos gerativistas, que postulavam uma competência textual, ao proporem uma competência comunicativa, em que é o conjunto de

regras sociais que determina o “jogo atuacional” entendido como: o que, a quem, quando, como, onde e por que falar.

Dessa maneira, partindo do modelo teórico do jogo atuacional, em que se observava a “performance” do indivíduo, e do conceito de competência comunicativa, em que as instruções dadas pelo contexto situacional são cuidadas, propõem a “Semântica Instrucional”, definida como o conjunto de significados produzidos a partir das instruções dadas pelo contexto situacional concreto.

Os estudos até então desenvolvidos procuram descrever e explicar como ocorre a produção de sentidos a partir das representações mentais que as pessoas constroem lendo um determinado texto, para com isso, elaborar uma teoria de texto de base cognitiva, podendo explicar a coesão, a coerência e a tipologia de texto. Os pesquisadores utilizam-se dos fundamentos da Psicologia Cognitiva e Social, recorrendo a uma teoria de memória que possa auxiliar na explicação de como ocorre o processamento das informações e seu armazenamento na memória.

Para Kintsch & Van Dijk (1983), a teoria da memória que vem da psicologia cognitiva que melhor se aplica é a de memória por armazenamento, em que a memória é lugar de estocagem de informações, e está dividida em duas partes: memória de curto prazo e memória de longo prazo. Na primeira, concebidas, e, na segunda, ocorre o armazenamento das representações mentais de ordem social, ou seja, os conhecimentos de mundo e de língua, bem como os de experiências pessoais que são denominadas por memória social e memória individual, respectivamente.

Dessa forma, seguindo o modelo cognitivista, para os linguistas de texto, a pessoa, ao ler um texto, transforma as frases (língua) em proposições (sentidos) em sua memória de curto prazo e, essas proposições serão expandidas através de associações feitas com o seu conhecimento de língua (chamados de implicaturas) e os de mundo (chamados de inferência), que já estavam arquivados. As proposições que têm sentido secundário recebem o nome de microproposições, e podem ser ordenadas por sentido primário, ou seja, pelas conclusões, em relação aos secundários, que são os argumentos, que, de acordo com a superestrutura do texto, constroem, através da expansão e redução, a base do texto.

Com base de texto estando construída, as microproposições que sofreram redução e expansão podem ser transformadas e hierarquizadas seguindo os esquemas textuais, para se obter os sentidos globais, chamados de macroproposições, que constroem a macroestrutura do texto, ou seja, a coerência.

Os linguistas de texto, assim, passam a considerar o texto como um processo através do qual os enunciados são processados cognitivamente, obtendo-se a base de texto pela expansão e a coerência pela redução e hierarquização das informações.

Deixa-se então a palavra ou frase isolada para se estudar o texto, pois se verificou que o homem tem em sua linguagem o texto como unidade de comunicação e que há diversos fenômenos linguísticos que só são explicados no interior do texto, ocorrendo, assim, uma mudança no objeto de estudo. Passa-se a pesquisar o que faz com que um texto seja texto, ou seja, procura-se verificar quais são os elementos responsáveis pela textualidade.

Nessa perspectiva, as teorias de texto apontam para a mudança de estudo seguindo o caminho do texto à frase como propõe Schmidt (1978: 173):

A teoria de texto exige que a frase seja abordada no jogo de atuação comunicativa a partir do texto. Esta exigência encontra a sua justificativa no fato de que o campo da linguística não apresenta uma via que conduza da frase (como forma no sistema linguístico) ao texto (como forma-em-função bivalente- linguística e social). Se pretendemos considerar a linguística como um linguística de Texto, portanto, é preciso seguirmos o caminho que vai do texto à frase.

Assim sendo, os fundamentos da Linguística, que se denomina Linguística de Texto, são formados dos estudos linguísticos que passam a ter o texto como unidade de estudo. Embora esses estudos sejam fundamentados em pressupostos básicos comuns, chegam a diferir bastante uns dos outros, conforme o enfoque predominante. De acordo com várias tendências, em razão da amplitude do campo, a Linguística Textual, na forma como é entendida atualmente, apresenta diversas vertentes de estudo.

Procurando apresentar os pontos comuns às diversas correntes, Marcuschi (1983:12-13) propõe uma definição provisória da Linguística Textual, tentando estabelecer o seu campo de atuação. Caracteriza-a como uma linguística dos sentidos e dos processos cognitivos e não mais como uma linguística da organização dos constituintes frasais quando afirma:

Propondo que se veja a LT, mesmo que provisória e genericamente, como o estudo das operações linguísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais. Seu tema abrange a coesão superficial ao nível dos constituintes linguísticos, a coerência conceitual ao nível semântico e cognitivo e o sistema de pressuposições e implicações ao nível pragmático da produção de sentido no plano das ações e intenções. Em suma, a LT trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de

ações humanas. Por um lado deve preservar a organização linear que é o tratamento estritamente linguísticos abordado no aspecto da coesão e, por outro, deve considerar a organização reticulada ou tentacular, não linear, portanto, dos níveis de sentido e intenções que realizam a coerência no aspecto semântico e funções pragmáticas.

O autor inclui, ainda, os critérios de coesão e coerência para sustentar sua proposta no contexto dessa nova ciência que insere a pragmática no estudo da linguagem, e que possibilita estabelecer a relação existente entre texto e contexto.

Complementando esta proposta encontramos em Fávero & Koch (1983: 34) a sugestão de que a Linguística Textual seja vista como:

*...um estudo das operações linguísticas, cognitivas e argumentativas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais.*

Desse posicionamento, entendemos a Linguística textual como disciplina de caráter interdisciplinar, em que autonomia do texto, segundo Marcuschi (19983), deve ser abordada enquanto categorias funcionais, que ele subdivide em quatro fatores, a saber:

- os de contextualização, que contribuem para a criação de uma expectativa a respeito do texto;
- os de conexão sequencial, que são elementos constitutivos da textualidade ao garantirem a coesão textual. (tais fatores, no entanto, não são suficientes nem necessários para a textualidade);
- os de conexão conceitual-cognitiva, que dizem respeito à coerência e respondem pelo processamento cognitivo do texto, garantindo sua organização e estabilização da experiência humana; e,
- os de conexão de ações, que se referem a elementos pragmáticos e se fazem presentes no momento da atualização de um texto.

Acrescenta o autor que essas categorias funcionais não esgotam os aspectos de observação do texto, que para isso é preciso que se tenha um aparato teórico que envolva uma teoria semântico, uma teoria gramatical sensível a todas informações

contextuais, uma teoria pragmática do funcionamento linguísticos, bem como uma teoria da comunicação elementos da psicologia cognitiva.

Uma vez que a Linguística Textual passa a ter como seu objeto de investigação o texto, e este é considerado unidade básica de manifestações da linguagem, visto que o homem se comunica por meio de textos e que existem diversos fenômenos linguísticos que só podem ser explicados no interior do texto, os estudiosos passaram a pesquisar o que faz com que um texto seja um texto, na verdade, a verificar quais os elementos ou fatores responsáveis pela textualidade. Essa visão de textualidade ocorre do "fracasso" dos linguistas em definir texto por meios exclusivamente linguísticos, incluindo, dessa forma, reflexões de ordem sociológica que no dizer de Smidt (1978: 163) *dão a entender que o texto deve ser abordado não como fenômeno meramente linguístico, mas a partir de um modo de textualidade.*

Essa textualidade, de acordo com Smidt, tem uma dupla estrutura, isto é, uma estrutura a ser abordada tanto sob o enfoque linguístico como sob o enfoque do aspecto social, pois os textos funcionam como a realização linguística da textualidade, como matrizes para as ocorrências coerentes dos elementos do sistema linguístico. Nesse momento, importa ressaltar que vários são os elementos ou fatores responsáveis pela textualidade, mas neste estudo o que nos interessa apenas é apresentar as relações entre os estudos históricos e a linguística textual e seu objeto o texto.

A linguística Textual apresenta-se como um referencial teórico importante, porque se baseia em um estudo linguístico centrado no texto. Por ser este uma unidade básica de manifestação da linguagem, partimos do pressuposto de que o homem possui uma competência textual sócio-comunicativa, o que permite uma abordagem qualitativa do texto. Assim, a consideração sobre o que se entende por texto se impõe, uma vez que o mesmo é o lugar por excelência onde se manifestam as operações de construções e reconstruções dos sentidos.

Embora a Linguística Textual centre seus estudos sobre o texto e todos os estudiosos compartilhem esse mesmo objeto como fundamental, é importante conhecer sua significação dentro de campos teóricos, pois apenas na medida em que a língua é abordada dentro de uma visão textual é que se torna possível esclarecer suas marcas e seu mecanismo de funcionamento. As diferentes vertentes de estudo propõem conceitos diferentes em relação ao texto, e a respeito disso Bernardez (1982:75) enuncia:

La definición de una unidad fundamental, como es el texto. Parece de importancia esencial para la teoría. Porque si queremos estudiar el texto, será preciso saber de antemano qui significa exatamente esse término. Sin embargo. Al igual que sucede com otros conceptos básicos de la linguística, su definición no es em absoluto sencilla.

Anteriormente à visão que se tem hoje na linguística Textual, a palavra “texto” era usada como qualquer produto da fala ou como produto escrito. No entanto, essas definições não servem para o objeto “texto” focado pelos estudos da Linguística Textual, pois não se pode limiar o texto apenas ao escrito, já que o falado também o é, e limiar a visão apenas à fala não permitiria distinguir texto de uma palavra, ou frase.

Bernardez (1982) apresenta onze definições acerca de acordo com as diversas tendências que a Linguística Textual desenvolveu e as classifica tomando critérios que, segundo os autores, podem aparecer separadamente ou em combinação, da seguinte forma: texto como unidade comunicativa; texto como produto de atividade; texto como sucessão de orações; texto como signo linguístico; e, ainda, de acordo com outros critérios semânticos e a existência de relações internas.

Baseado nesses critérios, mas ressaltando que não há uma definição precisa, Bernardez (1982:83) propõe que *el texto es la unidad comunicativa del lenguaje, que se manifiesta en forma de sucesión coherente de oraciones*. Acrescenta o autor, que para esta definição ser válida seria necessário especificar os termos unidade, sucessão de orações e coerente. Em sua exposição afirma que, para se realizar uma definição de texto, se deve ter em conta um conjunto de múltiplos fatores, assim, declara que não irá apresentar uma definição, mas um conjunto de características:

Texto es la unidad lingüística comunicativa fundamental, producto de la actividad verbal humana, que posee siempre carácter social; está caracterizado por su cierre semántico y comunicativo, así como su coherencia profunda y superficial, debida a la intención (comunicativa) del hablante de crear un texto íntegro, y a su estructuración mediante dos conjuntos de reglas: las propias del nivel textual y las del sistema de la lengua. (p.85)

Várias foram as formas de abordagem utilizadas pelos estudos linguísticos em relação ao conceito de texto. Fávero & Koch (1988) apontam que essas diferentes concepções acabam usando os termos texto e discurso como algo sinônimo, numa visão em que esses não se distinguem e, ao mesmo tempo utilizando-os para designar entidades diferentes.

A linguística Textual, por sua vez, emprega o termo em duas acepções. A primeira, designando toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano, ou seja, qualquer tipo de comunicação realizada através de um sistema de signos. A segunda acepção envolve a linguagem verbal, em que o discurso é visto como uma atividade comunicativa numa situação específica, envolvendo o conjunto

de enunciados produzidos e o evento de sua enunciação; nesse aspecto, o discurso nesse aspecto, o discurso é manifestado linguisticamente por meio do texto, que é entendido como um todo significativo, independente de sua extensão. Assim, o texto é visto como uma unidade de sentido num contínuo comunicativo que se caracteriza por um conjunto de relações responsáveis pela tessitura do texto.

Apresentando as considerações acerca da Linguística Textual e seu objeto o texto, Marcushi (1983) o define como uma ocorrência de comunicação em um complexo de ações humanas, que deve ser visto como uma sequência de atos de linguagem, não só de frases de algum modo coesas. Recomenda, o autor, nestas considerações, que, para a análise geral do texto, se observem tanto as condições gerais dos indivíduos como os contextos de produção e recepção.

Dessa forma, podemos tomar o texto como uma ocorrência de comunicação, em que temos os componentes linguísticos revelados pela superfície textual através dos critérios de coesão e coerência e ligados aos fatores sócio-histórico-culturais de produção, o que nos possibilita demonstrar que há estritas relações entre Historiografia Linguística e a Linguística Textual na abordagem e análise de textos seja quais forem.

## BIBLIOGRAFIA

- BERNÁRDEZ, E. *Introducción a la Linguística del Texto*. Madrid: Espasa-Calpe, S. A., 1982.
- BESSELAAR, J. van den. *Iniciação aos Estudos Históricos*. São Paulo: Bertrand- DIFEL, 1986.
- CARR, E.H. *Que é História?* 7. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- DUCROT, O. *Prazer e dizer: linguagem e lógica*. São Paulo: Global Ed., 1981.
- \_\_\_\_\_. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- DIJK, T. A. van. *La ciencia del texto*. Barcelona, Buenos Aires: Ediciones Paidós, 1983.
- FÁVERO, L.L. & KOCH, I.G.V. *Linguística Textual: Introdução*. São Paulo: Cortez, 1983.
- GLÉNISSON, J. *Introdução aos Estudos Históricos*. 5. Ed. São Paulo: EPU-EDUSP, 1986.
- KINTSCH, W. & VAN DIJK, T. A. *Strategies of discourse comprehension*. New York: Academic Press, 1983.
- LE GOFF, J. *Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no Ocidente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.
- \_\_\_\_\_. *História e Memória*. 4. Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- LYONS, J. *Introdução à Linguística Teórica*. São Paulo: Nacional, 1977.
- MARCUSCHI, L. *A Linguística de Texto: o que é e como se faz*. Série Debates 1, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1983.
- PAUL, H. *Princípios Fundamentais da História da Língua*. 5. Ed. Lisboa: Calouste Gulbekkian, 1970.
- SCHMIDT, S. J. *Linguística e teoria do texto*. São Paulo: Pioneira, 1978.



---

SILVA NETO, S. da. *Textos medievais portugueses e seus problemas*. Rio de Janeiro: MEC, Casa de Rui Barbosa, 1976.

\_\_\_\_\_, *Historia da Língua Portuguesa*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1979.